
**Decreto-Lei nº 227/2005 de 28 de Dezembro
2005/2006**

Níveis de Ensino	Nº Pedidos
1º Ciclo	18
2º Ciclo	17
3º Ciclo	30
Ensino Secundário	39
Indeferidos	4
Total	108

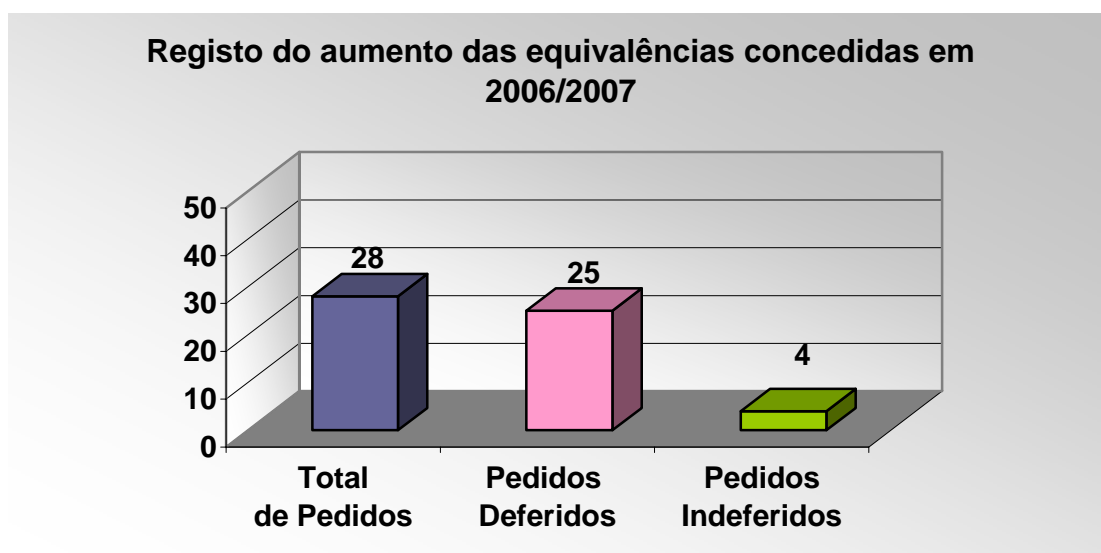
**Decreto-Lei nº 227/2005 de 28 de Dezembro
2006/2007**

Níveis de Ensino	Nº Pedidos
1º Ciclo	34
2º Ciclo	19
3º Ciclo	31
Ensino Secundário	40
Indeferidos	4
Total	128

Registo do aumento das equivalências concedidas em 2006/2007

Total de Pedidos	Pedidos Deferidos	Pedidos Indeferidos
28	25	4

Gráfico nº 9

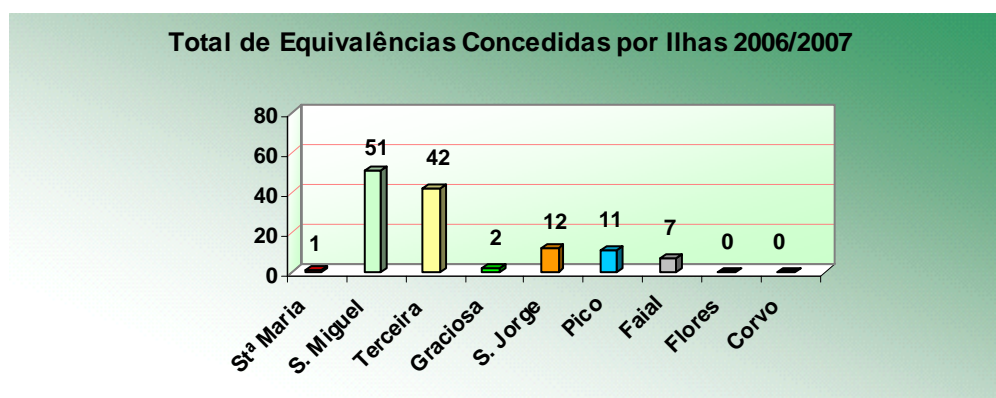


Face aos resultados apresentados, podemos concluir que no ano de 2006/2007, foram apreciados mais 28 processos de candidaturas, revelando-se num acréscimo de 25 pedidos deferidos. O número de pedidos indeferidos manteve-se inalterável.

Equivalências concedidas por Ilhas – 2006/2007

<i>Ilhas</i>	<i>Equivalências Concedidas</i>
Stª Maria	1
S. Miguel	51
Terceira	42
Graciosa	2
S. Jorge	12
Pico	11
Faial	7
Flores	0
Corvo	0
Total	126

Gráfico nº 10



No gráfico nº 10 é passível a apreciação do total de equivalências concedidas em cada uma das ilhas, no decorrer do ano escolar de 2006/2007. As ilhas que registaram maior número de equivalências concedidas foram por ordem decrescente: S. Miguel, Terceira, S. Jorge, Pico, Faial, Graciosa e Santa Maria. As ilhas das Flores e Corvo não registaram pedidos de concessão de equivalências.

Dificuldades sentidas na aplicação do Decreto-Lei nº 227/2005, de 28 de Dezembro

Na atribuição das equivalências concedidas ao abrigo do Decreto-Lei nº 227/2005, de 28 de Dezembro, as diversas Unidades Orgânicas da Região Autónoma dos Açores, registaram as seguintes situações:

- a) Dificuldades em atribuir equivalências por ainda não terem sido publicadas tabelas de todos os países;
- b) Falta de documentos devidamente traduzidos e/ou autenticados;
- c) Dificuldades em cumprir os prazos estabelecidos nº artigo 7º do citado Decreto-Lei, tendo em conta que o período de (10 dias), estipulado para o efeito nos prazos legais, é manifestamente insuficiente para que os interessados possam reunir os documentos devidamente autenticados conforme o exigido ou para apresentação de documentos complementares requeridos pela entidade competente pela atribuição da equivalência requerida.

Conclusão

Com a publicação do Decreto-Lei nº 277/2005, de 28 de Dezembro, a competência para a concessão de equivalências passou a ser da responsabilidade dos órgãos executivos, tendo sido transferida para os estabelecimentos de ensino parte das equivalências, até então, concedidas por esta Direcção Regional.

De acordo com a legislação vigente os pedidos de concessão de equivalências estrangeiras que não estejam abrangidos por nenhuma das Portarias publicadas, devem ser remetidas pelos estabelecimentos de ensino para estes serviços, para efeitos de análise e parecer.

Depois da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 227/2005, de 28 de Dezembro, rectificada pela Declaração de Rectificação nº 9/2006, de 6 de Fevereiro, já foram entretanto publicadas as tabelas anexas à Portaria n.º 224/2006 de 8 de Março e à Portaria n.º 699/2006 de 12 de Julho, que ajudaram à concessão das equivalências.

Através do mapa inicial que retrata a situação das equivalências por designação da entidade, depreende-se rapidamente que os estabelecimentos de ensino absorveram quase na totalidade a responsabilidade da concessão de equivalências, conforme proposto no Decreto-Lei nº 227/2005, de 28 de Dezembro.

Neste sentido, cabe à Direcção Regional a análise de processos que não estejam abrangidos pelas Portarias já publicadas ou daqueles que, pela sua natureza, ofereçam dúvidas às escolas.

Assim sendo, refere-se que durante o ano escolar que findou, foram encaminhados para esta Direcção Regional pelas diversas Unidades Orgânicas da Região, 25 processos para apreciação.

